

A VARIAÇÃO E O PRECONCEITO LINGÜÍSTICOS COMO OBJETOS DE CONHECIMENTO NOS LIVROS DIDÁTICOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Elizeu Pantoja de Souza – UNIFAP

Orientador: Prof. Dr. Ednaldo Tartaglia Santos - UNIFAP

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa que averiguou o tratamento dado à variação linguística e ao preconceito linguístico em livros didáticos do 9º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas e particulares do município de Santana-AP. Primeiro, fizemos uma pesquisa documental, coletando livros didáticos em escolas públicas e privadas, depois uma de cunho bibliográfico de base qualitativa, em três livros didáticos do 9º ano do ensino fundamental: o primeiro, de escola pública, intitulado Trajetória, de Marcos Rogério Morelli; o segundo de escola particular, intitulados Atividades Suplementares, de Georgia Marinho, Caê Lavor e Thaís Pereira e por último e também de escola particular o livro intitulado SAE Digital, de Carlos Eduardo da Silva. A pergunta de pesquisa é: como vem sendo trabalhado ou não o tema da variação linguística e do preconceito linguístico nesses materiais didáticos? Este trabalho se inscreve no campo da Sociolinguística e baseou-se nos estudos de Labov (2008), Ilari e Basso (2006), Bagno (2007) e Calvet (2002). A análise procurou verificar se estão sendo atendidos o que preconizam os documentos oficiais como: a Base Nacional Comum Curricular e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Esses documentos servem de base para a elaboração do livro didático e já defendem o ensino da variação linguística em sala de aula. O trabalho notou que alguns livros didáticos não trazem, em seus conteúdos, textos, atividades ou qualquer registro sobre variação linguística ou preconceito linguístico, entretanto, a coleção Trajetória, de escola pública, abordou as temáticas investigadas.

Palavras-Chave: Sociolinguística. Variação linguística. Preconceito linguístico. Ensino de língua. Livro didático.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, propomo-nos a verifica em livros didáticos do 9º ano do ensino fundamental de escolas públicas e particulares do município de Santana, no Amapá, como vem sendo trabalhada ou não a variação linguística e o preconceito linguístico como conteúdos nesses materiais didáticos. Fizemos uma pesquisa documental coletando livros didáticos em escolas públicas e privadas e uma bibliográfica de base qualitativa na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, nos Parâmetros Curriculares Nacionais de língua portuguesa de 1998, 3º e 4º ciclos anos finais - PCN e em livros didáticos, para sabermos como esses documentos oficiais vêm observando o tema da variação linguística e o preconceito linguístico.

Faz-se necessário salientar que, a ideia inicial era analisar livros didáticos do 9º ano do ensino fundamental de escolas pública, particular e de instituição filantrópica, mas não

conseguimos ter acesso ao livro didático da instituição filantrópica, devido à falta de exemplar para consulta em sua biblioteca. À vista disso, analisamos três livros, o primeiro intitulado Trajetoria, de Marcos Rogério Morelli, distribuído pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD, este utilizado na rede pública do município. O segundo intitulado Atividades Suplementares de Georgia Marinho, Caê Lavor e Thaís Pereira, distribuído pelo sistema Ari de Sá de Ensino S.A.S. O terceiro intitulado SAE Digital, de Carlos Eduardo da Silva distribuído pela Saber, Agir e Evoluir S.A.E.

Diante disso, fizemos uma pesquisa para averiguar: como vem sendo trabalhado ou não o tema da variação linguística e preconceito linguístico nesses materiais didáticos? Nosso objetivo geral consiste em “verificar se estão sendo atendidos o que preconiza os documentos oficiais como: a Base Nacional Comum Curricular e os Parâmetros Curriculares Nacionais”. Nossos objetivos específicos são: i. Verificar como os documentos governamentais, Parâmetros Curriculares Nacionais 1998 e a Base Nacional Comum Curricular, vêm observando o tema da variação e o preconceito linguístico; ii. Analisar livros didáticos do 9º do ensino fundamental de escolas do município, públicas e particulares, e ver como está sendo trabalhado a variação linguística e o preconceito linguístico nesses materiais. e iii. Mostrar o tratamento dado a variação linguística nos livros didáticos do 9º ano do ensino fundamental.

Assim, este trabalho se inscreve no campo da Sociolinguística e baseou-se nos estudos de: a) Willian Labov (2008) , que trabalha a relação entre língua e o contexto social, b) Ilari e Basso (2006) traz informações da história da língua portuguesa de modalidade brasileira e desmistifica o preconceito linguístico, c) Calvet (2002) que trabalha a língua como fenômeno social e critica à utilização da língua como ferramenta de dominação e exclusão social, d) Bagno (2007) que trata do preconceito linguístico.

A Sociolinguística Variacionista se constitui como disciplina no final da década de 1960 e, desde então, traz avanços para o ensino de línguas. Por muito tempo, o ensino de Português foi baseado no certo e errado das gramáticas tradicionais. Esses materiais de base estruturalista apontavam que, para falar e escrever bem, era necessário dominar a gramática, nesse sentido, muitos desses materiais, desconsideravam as variações linguísticas. Mollica e Braga (2004, p. 67) ponderam:

Ao estudar a língua em uso numa comunidade, defrontamo-nos com a realidade da variação. Os membros da comunidade são falantes homens e mulheres de idades diferentes, pertencentes a estratos socioeconômicos distintos, desenvolvendo

atividades variadas, e é natural que essas diferenças, identificadas como sociais ou externas atuem na forma de cada um expressar-se.

As línguas são um reflexo de nossa sociedade, dessa forma, se temos uma sociedade heterogênea, a língua acompanhará esses extratos sociais. Os estudos sociolinguísticos confrontam a ideia de homogeneidade linguística e o ensino do certo e errado. Uma mudança didática do ensino de língua portuguesa é necessária, só assim poderemos mudar a crença de se falar certo e errado, defendida por parte da sociedade.

Segundo Calvet (2002, p. 12), “as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes”. A língua faz parte da cultura e das raízes de um povo, quando não respeitamos as variedades linguísticas de uma pessoa, estamos desrespeitando sua identidade como pessoa. Temos que respeita a identidade linguística do outro, reconhecer as variedades linguísticas como naturais e fundamental para o combate ao preconceito linguístico.

A Constituição Brasileira, em seu artigo 210, reconhece a variação linguística, principalmente, no que diz respeito as línguas indígenas garantido o ensino na língua materna de cada comunidade. Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's e mais recentemente a Base Nacional Comum Curricular – BNCC defendem o ensino da variação linguística e o combate ao preconceito linguístico em sala de aula, vale ressaltar que a BNCC e PCN subsidiam a elaboração do livro didático. Com a implementação do Plano Nacional do Livro Didático - PNLD, os professores passaram a participar das escolhas dos livros didáticos de sua região, com a participação dos profssores podemos ter livros mais completos, com conteúdos como variação linguística.

2. SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Nesta seção, fizemos um breve histórico da Sociolinguística e para isso retomamos à Linguística estruturalista do suíço Ferdinand Saussure. Após sua morte em 1913, seus discípulos reuniram as anotações do curso sobre linguística ministrado por ele na Universidade de Genebra. Essas anotações deram origem ao Curso de Linguística Geral. Segundo Calvet (2002, p. 11).

A linguística moderna nasceu da vontade de Ferdinand de Saussure de elaborar um modelo abstrato, a língua, a partir dos atos de fala. Seu ensinamento, que foi compilado por seus alunos e publicado após sua morte, constitui o ponto de partida do estruturalismo em linguística.

Saussure (1997) via a linguística como ciência, através do estudo dos signos. Segundo

Labov (2008, p. 217), a escola saussuriana era conhecida como a escola social da linguística, “pois a língua é a parte social da linguagem, ela não existe fora de um tipo de contrato estabelecido entre os membros da comunidade [...] a linguística é uma ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social”. Mas surpreendentemente os estudiosos defensores do pensamento saussuriano, não levaram em consideração a vida social na hora de estudar as línguas, eles defendem que as explicações de fatos linguísticos derivam de outros fatos linguísticos. Labov (2008, p. 219) salienta que:

A linguística, portanto, tem sido definida de tal modo a excluir o estudo do comportamento social ou o estudo da fala. A definição tem sido conveniente para os formuladores, os quais, por inclinação pessoal preferiram trabalhar com seu próprio conhecimento com informantes individuais ou com materiais secundários.

A teoria saussuriana foi questionada pelo estudioso Noam Chomsky, com o seu Gerativismo. Este defende que a linguagem é inata do ser humano, e não um produto do ambiente, segundo ele, nascemos com uma gramática universal que é compartilhada por todos os seres humanos e fornece a base para aquisição da linguagem. Labov (2008) afirma que a gramática gerativa de Chomsky é um ótimo instrumento para elaborar modelos na pesquisa de estrutura linguística, trazendo resultados nunca antes encontrados. Mas o problema é que ela não consegue nos oferecer nenhum meio de verificarmos se nosso modelo está certo ou errado, o que a torna incompleta no sentido de elaboração de dados.

Após Chomsky, surgiram os estudos de Willian Labov, apresentados nos Estados Unidos na Conferência “As Dimensões da Sociolinguística”. Ele trabalhou a função social da linguagem e como os fatores sociais agem sobre ela. Labov (2008, p. 327) defende que a língua deve ser estudada em seu contexto social, nas interações cotidianas, levando em consideração a língua que as pessoas falam no dia a dia. Mollica e Braga (2004, p. 09) ressaltam que:

A Sociolinguística é uma das subáreas da Linguística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais. Esta ciência se faz presente num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos linguísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo.

Da relação de língua e sociedade surge a Sociolinguística, que é uma área da linguística que estuda essa relação. A língua é uma das mais importantes formas de expressão e manifestação da cultura de um povo, quer em âmbito oral, quer em âmbito escrito. Ela expressa a identidade de um povo e, assim como a sociedade muda, a língua também sofre mudanças, as variações ocorrem por varios motivos: geográficos, sociais, idade, sexo entre outros.

Parte da sociedade ainda está presa no conceito do certo e errado, de uma língua homogênea. Dessa forma, quando percebem alguém usando uma variedade diferente do defendido pela gramática tradicional, entendemos que a pessoa está falando errado e algumas vezes tendemos a menosprezar ou reprimir o jeito do outro falar. Mollica e Braga (2004, p. 9) dizem que “as línguas têm dinamismo e por isso são heterogêneas, apresentando formas distintas que, em princípio, se equivalem semanticamente no nível do vocabulário, da morfossintaxe, fonético-fonológico e no domínio pragmático-discursivo”. Assim como as pessoas são iguais em direitos e deveres, as variedades linguísticas também são, mesmo aquelas variedades de menos prestígio, a língua é um reflexo de seu povo. Para Ilari e Basso (2006, p. 195):

Portanto, variação existe, quer gostemos disso, quer não. Mas há muita gente para quem esse fato é um problema: essas pessoas se sensibilizam com a variação diastrática e tendem a achar que falar uma variedade diferente da variedade padrão é um problema sério para a sociedade e para quem o faz, talvez um vício, talvez um crime, talvez uma manifestação de inferioridade.

Ademais, a língua do indivíduo reflete sua cultura, seus costumes, seu meio social não aceitar a língua do outro é não aceitar todo o valor que ela tem, essas atitudes geram o preconceito linguístico.

Em alguns casos essas atitudes são tratadas como normais. Quem nunca presenciou alguém corrigindo ou reprimindo alguém porque falou “onti” ao invés de “ontem” ou “pobrema” ao invés de “problema”. São muitos os exemplos, mas o que devemos entender é que essas atitudes estão erradas, pois devemos defender uma nova mentalidade linguística e entender que “assim é falar certo” e “assim é falar errado” não cabe mais. Dizer que as pessoas estão falando errado por estarem falando uma variedade linguística diferente da nossa, ou tratar como inferior a variedade de menos prestígio, é preconceito linguístico. Para Mollica e Braga (2004, p. 13):

Toda língua, portanto, apresenta variantes mais prestigiadas que as outras. Os estudos sociolinguísticos oferecem valiosa contribuição no sentido de destruir preconceitos linguísticos e de relativizar a noção de erro, ao buscar descrever o padrão real que a escola, por exemplo, procura desqualificar e banir como expressão linguística natural e legítima.

A marginalização das formas não padrão de nossa língua é decorrente do ensino que tivemos, que priorizava o ensino da gramática tradicional em detrimento de outros dialetos, por isso algumas pessoas acham que estão fazendo certo em corrigir alguém ou acreditam que o

outro é inferior por falar um dialeto diferente do seu. É exatamente isso que devemos combater, pois, segundo Bagno (2007), o preconceito impregna-se de tal maneira na mente das pessoas que as atitudes preconceituosas passam a fazer parte de seu corpo.

Ilari e Basso (2006) dividem a Sociolinguística em 4 partes: Variação Diacrônica, que seria a aquela que se dá através do tempo. Variação Diatópica, aquela variação que a língua apresenta através do espaço, por exemplo, a diferença entre o português do Brasil e o de Portugal, conhecida como variação regional. Já a Variação Diastrática é aquela que a língua apresenta devido a diferenças de grupos sociais como escolaridade, classe social, idade, profissão e outros. Por último a Variação Diamésica, aquela associada ao uso dos diferentes meios ou veículos, seria a diferença da língua falada, escrita e o gênero utilizado. As variações são naturais e comuns em todas as línguas. Ilari e Basso (2006, p. 196) salientam que:

As formas discriminadas têm um uso muito mais frequente do que se pensa, inclusive na fala e na escrita das pessoas que discriminam a língua dos outros: para dar apenas um exemplo, muita gente ficaria surpreso ao ver quantas vezes usa, na fala, formas como né (por não é) vê se me entende (em vez de veja se você me entende) e assim por diante. Se é essa a realidade, a disposição para apontar erros na fala de outros não tem o propósito edificante de corrigi-los; é antes uma forma de excluí e de reforçar uma desigualdade percebida.

O Brasil tem grandes problemas de desigualdades sociais, segundo Ilari e Basso (2006), a discriminação linguística é um retrato delas. Se todos usamos variações diferentes das defendidas pela gramática, porque só algumas são discriminadas? O preconceito linguístico está intimamente ligado às diferenças sociais presentes em nossa sociedade, pois algumas variedades têm mais prestígio que outras. Essas diferenças de tratamento de uma variedade para outra provoca o preconceito linguístico. Este provoca a marginalização das variedades de menos prestígio e conseqüentemente a marginalização dos usuários dessas variedades.

Entendemos que para enfrentarmos o preconceito linguístico é necessária uma mudança de postura, no sentido de respeitar o diferente. Ela tem que começar nas escolas até alcançar toda a população. Temos que ter atitudes linguísticas positivas com as variedades linguísticas de menos prestígio, como defendem Lambert e Lambert (1975, p. 123) “uma vez desenvolvida, uma atitude se torna um aspecto integrante da personalidade de um indivíduo, e influi em todo o seu estilo de comportamento, não é fácil modificar uma atitude porque se torna parte de uma rede que dá ordem à personalidade”. Nesse sentido, atitudes linguísticas depois de formadas empurram o indivíduo a agir de determinada forma, fomos ensinados que nossa língua era homogênea e estável (Lambert e Lambert, p. 100) enfatiza:

Uma atitude é uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir a pessoas, grupos, problemas sociais ou, de modo geral a qualquer acontecimento no ambiente. Os componentes essenciais de atitudes são pensamentos e crenças, sentimentos e emoções, bem como tendências para reagir. Podemos dizer que uma atitude se forma quando tais componentes estão de tal modo inter-relacionados que as tendências de reação e os sentimentos específicos se tornam coerentemente associados ao objeto da atitude.

Devemos trabalhar para uma mudança de atitude. Segundo Santos (1996, p. 15), “Várias pesquisas produziram evidências de que a atitude de um indivíduo pode ser mudada, se forem mudadas suas crenças sobre o objeto”. Entendemos que a escola é primordial na mudança das atitudes linguísticas, através do ensino da variação linguística e respeito ao outro. Assim, além de formar uma sociedade com menos preconceito, formaremos discentes capazes de usar a variedade que eles acharem mais adequada a situações que lhes convém.

Temos que acabar com a crença do certo e errado, mostrando ao aluno uma nova visão de nossa língua, como defende Santos (1996, p. 15): “crença seria uma convicção íntima, uma opinião que se adota com fé e certeza”, as crenças fazem parte da história da humanidade, o homem tem a necessidade de acreditar em algo. Com a língua não é diferente, as crenças influenciam as atitudes linguísticas dos falantes, crenças positivas geram atitudes boas. Essas melhoram a relação entre os alunos e professores em sala de aula, por exemplo, deixando o ambiente mais inclusivo, pois os alunos tendem a participar com mais liberdade sabendo que não serão censurados por seus colegas ou professores dentro de classe.

3. LEGISLAÇÕES E DOCUMENTOS OFICIAIS

PCN's de 1998 foram uns dos primeiros documentos oficiais a trabalhar esse tema e trazer a variação linguística para dentro de sala de aula. Essa mudança foi um importante passo para o ensino das variedades de menos prestígio, e o combate ao preconceito linguístico. O texto do PCN é enfático ao trabalhar o preconceito linguístico, como em “Frente aos fenômenos da variação, não basta somente uma mudança de atitudes; a escola precisa cuidar para que não se reproduza em seu espaço a discriminação linguística” (Brasil, 1998 p. 82). Ao relacionar o estudo da variação ao enfrentamento do preconceito linguístico, ele defende um ensino voltado ao enfrentamento da exclusão linguística, como vemos no PCN (Brasil, 1998, p. 82):

A discriminação de algumas variedades linguísticas, tratadas de modo preconceituoso e anticientífico, expressa os próprios conflitos existentes no interior da sociedade. Por isso mesmo, o preconceito linguístico, como qualquer outro preconceito, resulta de avaliações subjetivas dos grupos sociais e deve ser combatido com vigor e energia. É importante que o aluno, ao aprender novas formas linguísticas, particularmente a escrita e o padrão de oralidade mais formal orientado pela tradição gramatical, entenda

que todas as variedades linguísticas são legítimas e próprias da história e da cultura humana.

O preconceito linguístico é resultado de avaliações subjetivas que refletem os problemas de dentro da sociedade e deve ser combatido com rigor. Nossa sociedade foi moldada historicamente, desde o período escravocrata, para tratar o diferente como inferior ou como errado. No ensino não foi diferente, fomos ensinados a seguir o que estava na gramática tradicional e o que se desviasse dela estaria errado.

O nosso ensino vem, vagarosamente, tentando se adequar a um ensino voltado para além da gramática. Na constituição de 1988, com o reconhecimento da variação linguística, era esperada uma mudança no ensino de língua Portuguesa, mas a percepção de um ensino voltado para a gramática continuou. Os PCN's vieram para quebrar esse paradigma do ensino de língua no Brasil, mostrando que existe outras variedades linguísticas de prestígio, que através do ensino das variedades poderíamos melhorar a competência linguística dos discentes. Segundo os PCN's: "Nesse sentido o estudo da variação cumpre papel fundamental na formação da consciência linguística e no desenvolvimento da competência discursiva do aluno, devendo estar sistematicamente presente nas atividades de Língua Portuguesa" (Brasil, 1998, p. 82).

A Base Nacional Comum Curricular vem mostrando novos caminhos, diferentes do certo e errado, propondo uma verdadeira reeducação a partir dos estudos Sociolinguísticos. No componente língua portuguesa do ensino fundamental, a BNCC (Brasil, 2018) traz uma proposta em seu currículo de descentralização do ensino da gramática normativa, mantendo o ensino da leitura e da escrita através das práticas de multiletramentos passando pelos eixos de ensino nos diferentes campos de atuação. A utilização dos multiletramentos é uma forma de produzir usuários da língua com competência e habilidades de refletir sobre o uso linguístico fora das regras gramaticais, formando, assim, sujeitos críticos e reflexivos na sociedade. Como podemos observar nos quadros 1 e 2:

Quadro 1: Competências BNCC

EIXO DA ANÁLISE LINGUÍSTICA/SEMIÓTICA
Conhecer algumas das variedades linguísticas do português do Brasil e suas diferenças fonológicas, prosódicas, lexicais e sintáticas, avaliando seus efeitos semânticos.
Discutir, no fenômeno da variação linguística, variedades prestigiadas e estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca, questionando suas bases de maneira crítica.
COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.

Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual.

Fonte: BNCC (Brasil, 2018, p. 83, 87).

A BNCC trata o objeto de conhecimento variação linguística, no ensino fundamental, vinculados aos eixos de análise linguística/semiótica e oralidade.

Quadro 2: Campos de atuação BNCC

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Análise linguística e semiótica	Variação linguística	<p>(EF69LP55) Reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma padrão e o de preconceito linguístico.</p> <p>(EF69LP56) Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada.</p>

Fonte: BNCC (Brasil, 2018, p. 161).

A BNCC defende que precisamos desenvolver uma reflexão sobre a língua e a linguagem, que incorpora a prática de análise linguística, a escola deve ensinar a norma-padrão não no sentido de exigir que o aluno substitua uma norma (a dele, vernácula) por outra, mas sim no sentido de capacitá-lo a dominar uma outra variedade para que possa adequar seu uso linguístico a diferentes situações (Brasil, 2018). A intenção é que o aluno consiga fazer o uso adequado da língua nos mais diversos cenários que possam lhe ocorrer.

4. O LIVRO DIDÁTICO

O livro didático é um importante material de apoio do professor. Fizemos uma breve descrição da evolução desse material didático, desde sua criação até as últimas modificações mais importantes. Ele é um importante recurso didático na docência em alguns lugares o único recurso didático disponível.

Desde sua criação o livro didático Português - LDP tem assumido importante papel na educação brasileira, o desenvolvimento do processo de criação do LDP está ligado à industrialização brasileira e democratização do ensino. A indústria pedia pessoas mais capacitadas e preparadas ao mercado de trabalho. Costa e Marcuschi (2005, p. 77) enfatizam:

Com a ditadura militar, a partir de 1964, passa-se a buscar o desenvolvimento do capitalismo, mediante expansão industrial. A proposta educacional, agora, passa a ser condizente com a expectativa de se atribuir à escola o papel de fornecer recursos humanos que permitam ao Governo realizar a pretendida expansão industrial.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 em seu artigo 208, inciso VII, diz que o livro didático é um direito constitucional do discente brasileiro (Brasil, 1988). Com o passar dos anos esse material de apoio ao professor acompanhou a evolução da educação brasileira. Se no início a educação era para poucos e o professor era o detentor do conhecimento, com o processo de democratização do ensino, o livro didático é incluído na educação e passa a ser um instrumento de apoio ao professor, em alguns casos era o único objeto cultural ao qual o aluno tinha acesso.

Atualmente, mesmo com o advento das tecnologias da informação e das diversas fontes de informações disponíveis para professores e alunos, o livro didático continua sendo um importante instrumento de apoio aos docentes e uma importante fonte de pesquisa para estudantes, que em determinadas localidades é o único material pedagógico disponível. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular são bases para a produção do livro didático.

5. ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS

Nesta seção, temos a análise de 3 livros didáticos, são livros de escolas públicas e particulares. Nestes pesquisamos sobre a variação linguística e o preconceito linguístico, para entender como vem sendo trabalhado ou não esse tema nesses materiais didáticos. Procuramos textos, atividades, ou qualquer menção direta ou indireta relacionadas ao tema.

Livro didático 1: livro didático “Trajetória, de Marcos Rogério Morelli. Este livro, que é distribuído pelo governo do estado do Amapá, foi encontrando em uma escola estadual pública no município de Santana – AP.

O livro didático “Trajetória”, do 9º ano do ensino fundamental, de Marcos Rogério Morelli, é composto de 7 unidades e 14 capítulos. Na “Unidade 2 - Artigos expositivos e reportagens”, em seu “Capítulo 3 - artigo expositivo”, páginas 52 a 55, temos um texto expositivo denominado “Sotaques do Brasil” que possui 4 laudas. Nesse texto, o autor fala da formação do português brasileiro. Ele começa descrevendo a chegada dos portugueses ao Brasil, no período colonial. Em seguida diz que o português daqui era diferente do de Portugal, pois era um português pobre, que não respeitava as regras do português de Portugal. Mais à frente,

o texto dá um exemplo dessas mudanças, como vemos abaixo:

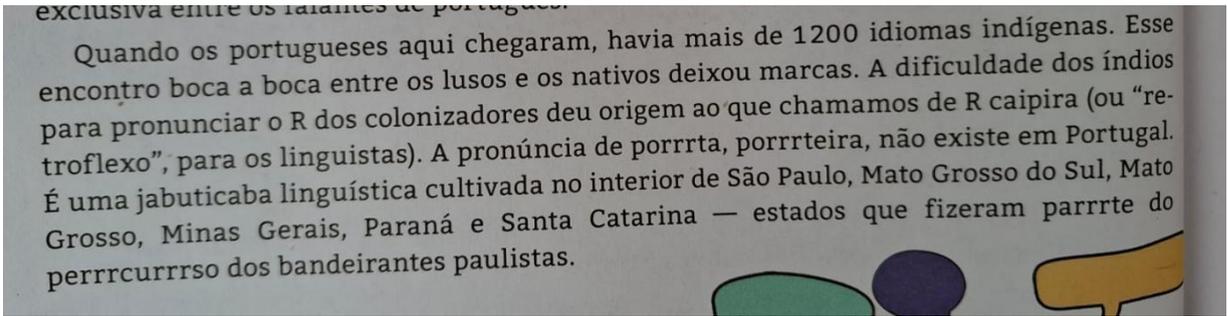


Figura 1: Fragmento de texto

Fonte: Morelli. Português: Trajetória. (2022, p. 52).

O português trazido pelos portugueses estava mudando, sofrendo influência das mais de 1200 línguas indígenas existentes no Brasil. Com o tempo o português do Brasil ainda iria se distanciar mais da variedade falada em Portugal. Na página 52, o texto cita como exemplo a dificuldade dos indígenas em pronunciar o R dos colonizadores, dando origem assim ao [ɾ] caipira/retroflexo de /porrrta/, falado em São Paulo e Mato grosso. Como explica Ilari e Basso (2006, p. 168):

Pronúncia retroflesa do /r/, ex. <porta> pronunciado [ˈpoɾta]: área: essa pronúncia é uma das características do “dialeto caipira”, que costuma ser associado à região não costeira de colonização mais antiga, em São Paulo. A pronúncia retroflesa do /r/, como de resto muitas outras características do dialeto caipira, alcançam de fato algumas regiões do sul de Minas Gerais, do Mato Grosso, do norte do Paraná, de Goiás e de Tocantins.

Esse R [ɾ] retroflexo ou caipira, como é conhecido mais popularmente, acaba por caracterizar as regiões onde ele é falado. Na página 52 é comentado como a mudança da família real para o Brasil, com uma comitiva de 15 mil falantes do Português de Portugal, influenciou a mudança do som do /s/ em [ʃ], formando assim o chiado carioca, esse mesmo som é percebido em outras cidades brasileiras. Para finalizar o Morelli explica que o texto foi baseado em informações do Atlas Linguístico Brasileiro.

Após o primeiro texto, é exposto uma explicação do que é o Atlas Linguístico do Brasil, como vemos a seguir:

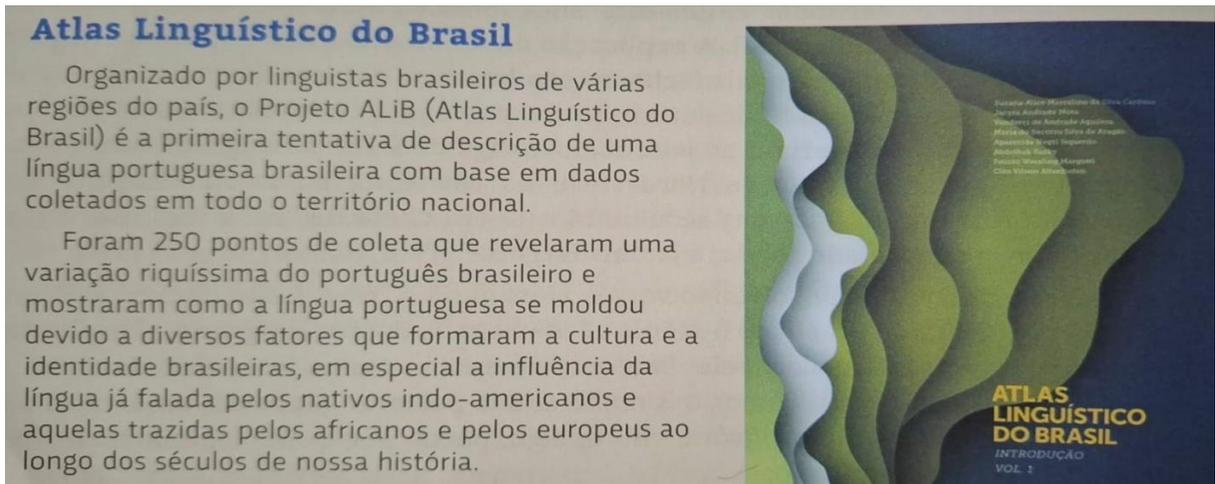


Figura 2: Fragmento de texto

Fonte: Morelli. Português: Trajetória. (2022, p. 54).

O que percebemos aqui é uma mudança na concepção dos autores na elaboração do Livro Didático de Português LDP, saindo da visão que só os textos literários poderiam ser usados no ensino, para a visão de um ensino através dos multiletramentos, promovendo a descentralização do ensino através somente da gramática normativa, formando, assim, alunos capazes de compreender as diversas variedades linguísticas. Costa e Marcuschi (2005, p. 88) explicam que:

Os autores de LDP, ao (re)pensarem os objetos de ensino e a concepção de ensino aprendizagem de língua materna, passaram a não mais selecionar apenas os textos literários que ditavam o “modelo correto de língua” e começaram a incorporar também textos de divulgação científica, jornalístico, publicitário etc.

A apresentação de um mapa linguístico é importante para o professor mostrar aos alunos as diversas variedades linguísticas existentes em nosso país, explicando que a variação faz parte da cultura e identidade do povo brasileiro, pois são as variedades (dialetos) que formam nossa língua.

Em seguida o autor propõe uma atividade dividida em tópicos. O primeiro tópico foi denominado de “Conversando com o Texto” e possuem perguntas como:

Quadro 3: Recorte do livro didático

1) Na região onde você mora, há algum sotaque característico que tenha sido citado no texto? Comente com seus colegas.
2) As informações sobre fatores históricos e culturais que contribuíram para a formação dos sotaques do Brasil apresentadas no texto foram as mesmas que você imaginado? Comente com seus colegas.

Fonte: Morelli. Português: Trajetória. (2022, p. 56).

Assim, no tópico “Conversando sobre o Texto”, o autor trabalhou a variação linguística dentro do contexto social do aluno, para saber como ele vê a variação ao seu redor, sempre pedindo para ele comentar com seus colegas as suas respostas. Esse tipo de atividade ajuda o professor a entender o ponto de vista do aluno sobre o falar do outro, como ele vê o outro em relação à língua. Caso as respostas dos alunos sejam em direção ao preconceito linguístico, o professor pode intervir desmitificando conceitos inadequados que o aluno possa ter.

No segundo tópico “Escrevendo sobre o Texto”, tem-se perguntas como:

Quadro 4: Recorte do livro didático

1) A que público esse texto foi destinado?
2) No texto são apresentadas informações sobre a formação do Brasil, explique como essa diversidade de povos contribuiu para a diversidade linguística em nosso país?
3) Como o R retroflexo, conhecido como R “caipira”, teria surgido no país?

Fonte: Morelli. Português: Trajetória. (2022, p. 56 - 57).

Nesse tópico, o autor procura saber se o aluno entendeu o assunto do texto e se ele consegue explicar o que entendeu. Através dessas perguntas, o professor consegue perceber como está o entendimento do aluno e caso haja necessidades pode acrescentar informações para melhorar o aprendizado do discente.

No terceiro tópico “Discutindo Ideias Construindo Valores”, tem-se perguntas como:

Quadro 5: Recorte do livro didático

1) Como você viu, o português brasileiro apresenta uma ampla diversidade linguística. Entretanto, são frequentes em nossa sociedade casos de preconceito linguístico, isto é, atitude de prestigiar uma e estigmatizar a outras. De acordo com o texto, existe uma forma certa ou errada de falar o português brasileiro? Escreva um trecho do texto que justifique sua resposta.
2) Na sua opinião, quais são as principais contribuições do trabalho realizado pelo mapa linguístico do Brasil?

Fonte: Morelli. Português: Trajetória. (2022, p. 58).

Nesse último bloco o autor faz o discente pensar sobre o preconceito linguístico dentro de nossa sociedade, como a marginalização de algumas variedades de menos prestígio social. Com isso, o aluno é conduzido a pensar e a perceber o preconceito presente na sociedade, por

fim, ele pergunta sobre o mapa linguístico, direcionando o aluno a perceber e entender que existem diversas variedades em nossa língua.

Livro didático 2 - Atividades Suplementares, de Georgia Marinho, Caê Lavor e Thaís Pereira. Este livro, que é distribuído pelo Sistema Ari de Sá de Ensino S.A.S. plataforma de educação. Esse livro é utilizado por uma escola particular do município de Santana-AP e atende o componente língua portuguesa no ensino fundamental. de Escola Particular,

Os livros didáticos “Atividades Suplementares”, de Georgia Marinho, Caê Lavor e Thaís Pereira, são disponibilizados por uma escola particular de ensino fundamental e médio. A escola disponibiliza 3 livros com conteúdo de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Esses livros têm um total de 16 capítulos em cada um, com um total de 4 capítulos para cada área de conhecimento. Após análise dos três livros da coleção destinados ao 9º ano do ensino fundamental, não encontramos estudos, textos ou atividades sobre variação linguística ou preconceito linguístico. Abaixo seguem as imagens da capa dos livros.

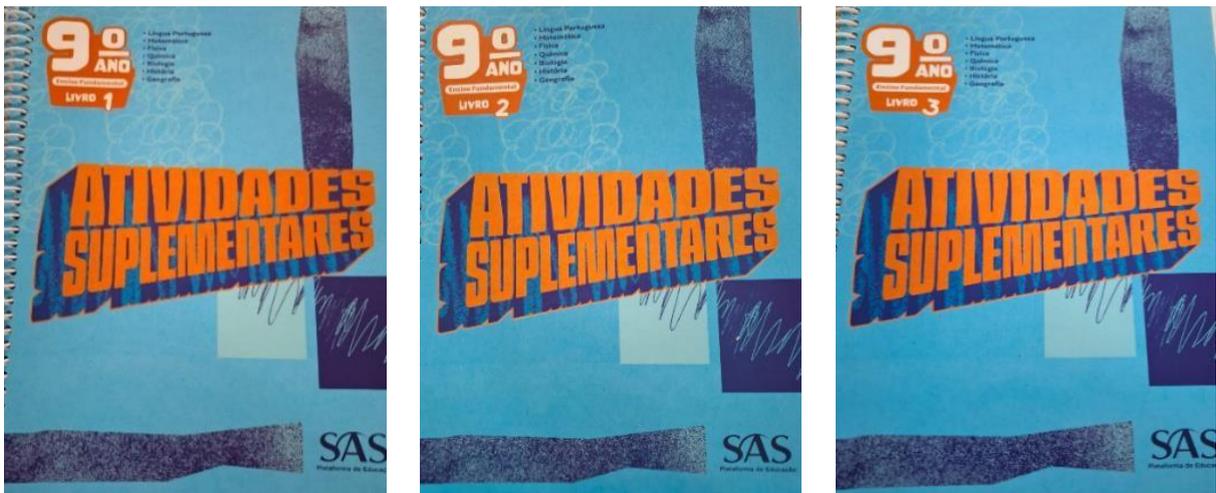


Figura 3: Livros didáticos

Fonte: Marinho et al. Atividades Suplementares. SAS. 2022, capa

Livro didático 3 – livro didático SAE Digital, de Carlos Eduardo da Silva, que é Distribuído pela Saber, Agir e Evoluir S.A.E. Esse livro é de um centro de ensino particular que atende ao ensino fundamental, médio, técnico e Superior do município de Santana-AP.

O livro didático destinado ao 9º ano do ensino fundamental, de Carlos Eduardo da Silva, tem unidades divididas em: conteúdo de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Esse livro tem uma unidade dedicada à Língua Portuguesa e suas tecnologias. Em cada uma delas ele tem um Quick Response - QR code, que direciona o aluno para um ambiente virtual de ensino com aquele conteúdo. Nesse ambiente encontramos vídeo

aula dos assuntos trabalhados. Após analisar o livro não encontramos estudos, textos ou atividades sobre variação linguística ou preconceito linguístico; segue imagem da capa e do sumário do livro:



Figura 4: Livros didáticos

Fonte: Carlos Eduardo, S.A.E. 2022, capa

A falta de textos, atividades ou qualquer menção à variação linguística e ao preconceito linguístico vai de encontro com a Sociolinguística, que defende o ensino de uma língua heterogênea, que inclua todas as classes e pessoas, como explica Soares (2004, p. 171):

Em primeiro lugar, as ciências linguísticas, particularmente a sociolinguística, alertam a escola para as diferenças entre as variedades linguísticas efetivamente faladas pelos alunos e a variedade de prestígio, comumente chamada "padrão culto", que se lhes pretende ensinar nas aulas de português. Sobretudo a partir da democratização da escola, e, portanto, do acesso de alunos pertencentes às camadas populares à escolarização, o ensino da disciplina português, que tradicionalmente se dirigia às camadas privilegiadas da população, passa a dirigir-se a alunos que trazem para a sala de aula uma heterogeneidade linguística que exige tanto uma nova postura dos professores diante das diferenças dialetais como novos conteúdos e uma nova metodologia para a disciplina.

A sociolinguística vem mostrando a necessidade de uma mudança no ensino de língua no Brasil, desde a democratização da escola o ensino de língua portuguesa necessita de uma mudanças, para um ensino mais humanizado que inclua alunos das diversas classes sociais. Esses discentes trazem para sala de aula uma heterogeneidade linguístico e os livros didáticos tem que se adequar a essa realidade, mas o que encontramos foram dois livros fora dessa

realidade que por “coincidência” ou não são livros de escolas particulares onde estudam os alunos das classes mais privilegiadas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar os livros didáticos do 9º ano do ensino fundamental, de escolas públicas e particulares do Município de Santana-AP, percebemos que a variação linguística e o preconceito linguístico ainda são inexistentes em alguns livros didáticos. A intenção não foi tecer críticas aos livros didáticos, mas fazer uma análise do tratamento dispensado à variação e ao preconceito linguísticos nesses materiais didáticos.

Tivemos acesso a livros didáticos de duas escolas particulares e de uma pública do município de Santana - AP. Nos dois livros de escolas particulares, não encontramos textos ou atividades sobre variação ou preconceito linguísticos. A privação do ensino de abordagens da Sociolinguística e o combate ao preconceito linguístico pode limitar a capacidade dos alunos de se adaptarem a diferentes situações e públicos. Por conseguinte, esses discentes poderão ter limitações em entender aspectos socioculturais relacionadas à linguagem, como por exemplo, a variação linguística existentes nas línguas e, por sua vez, nas sociedades. Alguns livros ainda priorizam o ensino voltado apenas para a gramática tradicional, deixando de lado os conteúdos relacionados a variação linguística, que são importantes para a formação de cidadão capazes de compreender as diversas variedades existentes em nossa língua.

No livro distribuído para escolas públicas, encontramos dois textos e algumas atividades destinados à variação linguística e ao preconceito linguístico. Quanto maior e mais rico for o repertório linguístico do discente melhor será sua compreensão da língua e da sociedade. Com isso entendemos que o Estado, de certo modo, está cumprindo o seu papel em trazer os conteúdos citados com uma abordagem progressiva e integradora, nos livros didáticos que são distribuídos para as escolas públicas.

Os PCN defendem há mais de 30 anos o ensino da variação linguística e o combate ao preconceito linguístico dentro de sala de aula, pontos que são endossados pela BNCC. Com isso, nossa pesquisa ainda visibiliza uma mudança lenta na integração e inserção desses conteúdos em livros didáticos. Existe uma resistência ao novo, muito desta é pela forma como a língua foi trabalhada nas graduações em Letras de outrora e ainda é ensinada nas escolas, que por vezes prioriza a norma padrão como a única forma correta. Para Bagno e Rangel (2005, p. 67) “Abre-

se, então, uma lacuna entre as propostas oficiais de ensino de língua, a formação docente nas universidades e as demandas sociais por uma educação capaz de assegurar os direitos lingüísticos do cidadão e de lhe permitir construir sua cidadania” o ensino da variação lingüística e um direito do aluno que por vezes estar sendo negado.

Por fim, entendemos que somente a publicação de documentos normatizando o ensino da variação lingüística e o combate ao preconceito lingüístico não é suficiente para uma mudança no ensino brasileiro. Tenhamos como exemplo a BNCC - segundo ela a variação lingüística deve ser trabalhada transversalmente, como um objeto de conhecimento em diferentes eixos. Os documentos (BNCC e PCNs) orientam, mas percebemos que não é cumprido por algumas editoras, como pudemos perceber nos livros examinados, em que dois deles não trabalharam com variação lingüística e preconceito lingüístico. Apenas o livro de escolas públicas, de certo modo, abordou tais temáticas dialogando com pressupostos da BNCC e PCNs. Por fim, percebemos que o governo precisa criar mecanismos que tornem esses documentos mais eficazes e eficientes, fiscalizando e cobrando uma melhor aplicação das orientações contidas na BNCC e PCN's sobre variação lingüística e o combate ao preconceito lingüístico nos livros didáticos de escolas públicas e privadas.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007a.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. 49 ed. São Paulo: Loyola, 2007b.
- BAGNO, Marcos; RANGEL, Egon de Oliveira. **Tarefas da educação linguística no Brasil**. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 5, n. 1, p. 63-79, 2005.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2024.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Língua portuguesa ensino fundamental. Terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC, 1998
- CALVET, Louis. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.
- COSTA VAL, M. G., MARCUSCHI, V. B. **Livros didáticos de língua portuguesa: letramento e cidadania**. Belo Horizonte: Ceale, 2005, p. 73-117.
- ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente: a língua que estudamos e a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2006
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.
- LAMBERT, William; LAMBERT, Wallace. “A significação social das atitudes”. In: **Psicologia social**. 5ª ed. Trad. D. Moreira. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004.
- SANTOS, Emmanoel. **Certo ou errado? Atitudes e crenças no ensino de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Graphia, 1996.
- SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. 20ª ed. São Paulo: Cultrix, 1997.
- SOARES, M. **Português na escola: história de uma disciplina curricular**. In: BAGNO, M. (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002